

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Deputado Rogério Ulysses

RQ 732/2008

REQUERIMENTO N°
(Do Sr. Deputado ROGÉRIO ULYSSES)

Em 13/12/08
Assessoria da Plenário

Ao Protocolo Legislativo para registro e, em seguida à CES
Em, 20, 02, 08.

Francisco Pinheiro Lima
Chefe da Assessoria da Plenário

Requer, no âmbito da Comissão de Educação e Saúde, a realização de audiência pública no Plenário desta Casa, para tratar das seguintes questões; i) a cobrança de taxas de material por parte das escolas particulares do Distrito Federal; ii) os critérios para definição da lista de material a ser apresentada pelos pais na efetivação da matrícula e a sua forma de utilização; iii) a composição do custo das mensalidades das escolas particulares.

Senhor Presidente da Comissão de Educação e Saúde:

PROTOCOLO LEGISLATIVO
RQ Nº 732 / 2008
Fls. N.º 01 BFA

Nos termos do art. 145, inciso VIII, combinado com os arts. 85 e 239 a 242, todos do Regimento Interno desta Casa, requero, no âmbito dessa Comissão de Educação e Saúde, a realização de audiência pública no Plenário desta Casa, para tratar das seguintes questões; i) a cobrança de taxas de material por parte das escolas particulares do Distrito Federal; ii) os critérios para definição da lista de material a ser apresentada pelos pais na efetivação da matrícula e a sua forma de utilização; iii) a composição do custo das mensalidades das escolas particulares.

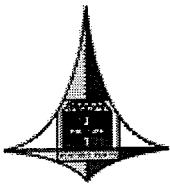
JUSTIFICAÇÃO

ASSESSORIA DE PLENÁRIO
Recebido em 15/2/08 às 11h50
Assinatura: *[assinatura]* Matrícula: 23.243-2

Prática recorrente nas escolas particulares do Distrito Federal, a cobrança de taxa de material escolar tem se mostrado abusiva e imoral. Além da lista dos materiais individuais, a que os alunos estão obrigados a fornecer no início das aulas, muitas delas exigem também a referida taxa, sob o pretexto de que se trata de material coletivo, entre os quais material de higiene e limpeza para uso da própria escola.

Em nosso entendimento, tais despesas compõem o custo fixo dessas instituições e já se encontram embutidas no valor da mensalidade, razão por que esta Casa tem o dever de contestar o cabimento e a moralidade dessa cobrança.

Ademais, há muito a sociedade vem reclamando das planilhas de custo apresentadas pelas escolas, as quais servem de base para o cálculo e reajuste da mensalidade escolar.




CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Deputado Rogério Ulysses

Neste sentido, necessário se faz abrir essa caixa-preta, a fim de tornar claro o cabimento, a metodologia de cálculo e a forma de aplicação dessa taxa. Temos, ainda, de questionar a forma de elaboração da lista de material exigida do aluno no início do ano letivo, bem como a composição dos custos das mensalidades. Para tanto, estamos propondo a presente audiência pública, fórum adequado para que donos de instituições escolares, pais, alunos e a sociedade em geral possam empreender um amplo debate acerca do tema e, assim, dirimir as dúvidas que pairam sobre o essa prática.

Sala das Sessões, em de de 2.008.


ROGÉRIO ULYSSES
Deputado Distrital
PSB

DATA RESERVADA NA AGENDA
GERAL DE EVENTOS 14/10/08
HORA: 19h LOCAL: Plenário
Odenice Souza Trajano
Técnico Legislativo Central
Matr. 13.189-32

PROTOCOLO LEGISLATIVO
RQ Nº 432 / 2008
Fls. N.º 02 BIA